

Atravessando o Atlântico Sul: as relações entre o Brasil e países limítrofes da Costa Oeste Africana

ALANA CAMOÇA GONÇALVES DE OLIVEIRA

GABRIELA FIGUEIREDO NETTO

Resumo: No século XXI, o Brasil tem pleiteado o aumento do território marítimo e estreitado suas relações com países africanos, por conta das descobertas de recursos estratégicos no Atlântico Sul. O objetivo do trabalho é analisar a relevância da região para o cenário internacional e a cooperação Brasil-África nos acordos de defesa. Verifica-se que, apesar da projeção brasileira mais ativa no entorno regional, ainda é preciso exercer mais assertivamente o seu papel de liderança.

Palavras-chave: Atlântico Sul; Geopolítica do Brasil; Costa Oeste da África; Defesa.



Across the South Atlantic: relations between Brazil and bordering countries of the west coast of Africa

ALANA CAMOÇA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Doutoranda em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Grupo de Relações Internacionais e Sul Global da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, do Laboratório de Estudos de Mídia e Relações Internacionais e do Grupo de Pesquisa Integração Sul, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. alanacamoca@gmail.com ricardino@unilab.edu.br

GABRIELA FIGUEIREDO NETTO

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Grupo de Estudos Eleitorais da Universidade de São Paulo. gabrielafnetto@gmail.com

Abstract: In the XXIst century, Brazil has claimed an increase in maritime territory and has established closer relations with African countries due to strategic resource discoveries in the South Atlantic. The paper objective was to analyze the importance of the region to the international scenario and the Brazil-Africa cooperation in defense agreements. It was found that despite greater and more active projection in the regional surroundings, Brazil still needs to exercise its leadership role more assertively.

Keywords: South Atlantic; Geopolitics of Brazil; West Coast of Africa; Defense.

RECEBIDO EM: 13 DE AGOSTO DE 2015

APROVADO EM: 22 DE SETEMBRO DE 2015

I INTRODUÇÃO

No século XXI, o Atlântico Sul está conquistando grande relevância no cenário internacional, devido às expressivas descobertas de jazidas de petróleo e gás natural, tanto na Amazônia Azul brasileira quanto na costa oeste da África. Esta relevância é um dos motivos para observar uma valorização da política externa brasileira, durante o século XXI – nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014) – e uma reaproximação com os países da encosta africana.

Nesse sentido, esses governos intensificaram as relações Brasil-África, elegendo o continente africano como um dos principais temas da política externa brasileira. Estrategicamente, ambos se envolveram em um projeto de integração sul-americana que estimulou uma autonomia no cenário internacional, apoiada pela estratégia de consolidação de um bloco regional forte e de aproximação com países emergentes e parceiros da periferia, tanto da Ásia como da África (SARTI, 2011; GARCIA, 2010).

O crescimento da economia do Brasil, sua progressiva influência na mediação de conflitos e a proeminência do país perante as relações de cooperação Sul-Sul tornam o Atlântico Sul um ponto essencial para a expansão do poder e da influência brasileira no continente africano e também para um maior espaço de notoriedade, no cenário mundial. Afinal, essa região traz facilidades de comunicações interoceânicas pela presença de inúmeras ilhas que servem de base de apoio aéreas e navais, permitindo a projeção para países da América Latina, da África e para a Antártida. Outrossim, as grandes potencialidades minerais presentes na região sul atlântica, que possui inúmeras crostas cobaltíferas, nódulos polimetálicos, além de ouro e fósforo, ganharam um papel fundamental frente à crescente demanda mundial de recursos naturais. (COSTA, 2012; FIORI *et al.*; 2012).

Com isso, problemas relacionados à questão da segurança e da defesa, tais como a presença militar americana e inglesa na região, a degradação ambiental, a pesca predatória, o tráfico de drogas e de armas e o aumento dos episódios de pirataria, no Golfo da Guiné e no Delta do Níger, reiteram a necessidade de arranjos de segurança internacional para a região, que incluem

os países latino-americanos e a costa africana, para defesa do território nacional. (FIORI *et al.*, 2012; OLIVEIRA, 2015).

Além disso, o Brasil não possui uma Marinha nem tecnologia capaz de proteger suficientemente o território, principalmente por conta da extensão geográfica do país, impedindo a projeção de poder e a autonomia brasileira na região que é controlada, protegida e fiscalizada por potências do Norte. Assim, nosso intuito, nesse artigo, é observar a importância do Atlântico Sul para o Brasil e analisar as ações de cooperação de defesa com países da África Sul-Atlântica. Para isto, utilizaremos de documentos oficiais, tanto do Brasil quanto de países africanos, assim como acordos de cooperação no âmbito da defesa.

Nossa hipótese é que a revitalização do Atlântico Sul, no século XXI, alavancou a necessidade de uma postura mais ativa do Brasil, no cenário, o que afetou diretamente as relações com o continente africano. Para responder à nossa hipótese, no primeiro momento do artigo, discutiremos a importância do Atlântico Sul para o Brasil e, posteriormente, analisaremos a atuação das potências estrangeiras na região, principalmente Estados Unidos e Inglaterra. Por fim, abordaremos a cooperação Brasil-África, no campo da defesa, perpassando por uma breve análise histórica e pelos acordos que vêm sendo firmados e construídos com países como Angola, Guiné Bissau, Namíbia, São Tomé e Príncipe e outros.

2 O ATLÂNTICO SUL E SUA IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA PARA O BRASIL

O Atlântico Sul compreende quatro grandes arquipélagos e ilhas de tamanhos e importância diferentes, assim como nacionalidades diferentes. A costa africana se estende da Guiné-Bissau ao Cabo, compreendendo dezesseis países. Já a costa americana inicia no Cabo de São Roque e se prolonga até o Cabo da Terra do Fogo. Sua extensão é de 9.000 km e aborda Brasil, Uruguai e Argentina (FIORI *et al.*, 2012; BROZOSKI, 2013).

Ainda assim, o Atlântico Sul é situado em três frentes continentais (a América, a África e a Antártica) e participa de três

corredores elementares da economia política internacional: o do norte, que é a zona de estrangulamento Natal-Dakar; o corredor do Estreito de Drake; e a Passagem do Cabo (CASTRO, 1999). Nesse sentido, devido às suas características geográficas, a bacia do Atlântico Sul permite o transporte marítimo rápido de grandes volumes comerciais. O Brasil tem consolidado a sua posição, na região, por programas não tradicionais de projeção de poder com o desenvolvimento de políticas públicas que incentivam a pesca, a navegação de cabotagem, as pesquisas científicas e as atividades turísticas que consolidam a participação brasileira e o domínio do território marítimo. (PEREIRA; BARBOSA, 2012; PENHA, 2013; FIORI *et al.*, 2012).

Cerca de 95% do comércio internacional brasileiro transita por essas águas, uma movimentação superior a US\$ 229 bilhões por ano. Ademais, 90% da produção de gás e petróleo do país é realizada na plataforma continental e 75% da produção do gás brasileiro advém dessa região. (IPEA, 2011; FIORI *et al.*, 2012; MILANI *et al.*, 2014). Dentre os cinco maiores produtores de petróleo, no continente africano, dois países estão localizados no Atlântico Sul: Angola e Nigéria (BROZOSKI, 2013). Há também outras reservas de petróleo *offshore*,¹ na plataforma continental argentina, e expressivas reservas, na região do Golfo da Guiné, sobretudo em Congo, Gabão e São Tomé e Príncipe. O continente africano conta, também, com reservas de gás, na Namíbia, e carvão, na África do Sul. Além disso, o oceano possui muitas crostas cobaltíferas, nódulos polimetálicos, sulfetos polimetálicos, além de depósitos de diamante, ouro e fósforo, sendo uma região rica em minerais relevantes (FIORI *et al.*, 2012; BROZOSKI, 2013; NEVES, 2015).

Ademais, as descobertas na região têm apontado o crescente interesse de países como Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha, França, Rússia, China e Japão. Esse fato tem feito com que o Brasil se preocupe mais com a defesa do continente, pois grande parte do comércio exterior brasileiro é feito por via marítima. Também há a forte atividade pesqueira e de exploração de petróleo, na

¹ O petróleo *offshore* é aquele explorado, geralmente, por plataformas, em alto-mar.

plataforma continental da América do Sul. Em razão disso, a Marinha brasileira foi induzida a desenvolver suas capacidades de navegação em águas profundas, principalmente depois da descoberta do Pré-Sal brasileiro.

A região se tornou estratégica para o Brasil, figurando em dois importantes documentos: o da Política Nacional de Defesa (PND), de 2005 e de 2012, e o da Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2008 e de 2012. O PND em 2005 pontua, pela primeira vez, a ideia do Atlântico Sul e dos países limdeiros da costa africana como áreas vitais e estratégicas para o Brasil. O documento afirma que “o país visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limdeiros da África” (BRASIL, 2005). A política nacional ainda afirma, tanto 2005 como em 2012, que é importante “a intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul” (BRASIL, 2012a, p. 04).

A Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2008; 2012b) também mostrou a concernência do governo brasileiro sobre o Atlântico Sul. Notamos que esse pensamento não advém do século XXI, visto que, no governo militar, já existia a ideia da importância do Atlântico Sul. Com as descobertas de petróleo e do Pré-sal, na encosta brasileira, durante o governo Lula, a importância da região é revitalizada na estratégia brasileira. Além disso, a END estabeleceu diretrizes, estimulando a interação de instituições e empresas, com o intuito do fortalecimento da Base Industrial de Defesa (MOURA, 2014). Nesse sentido, “o grande objetivo estratégico da END é a capacitação científica e tecnológica do país no setor militar. Esta capacitação, ao ser paulatinamente atingida, estabelecerá crescente grau de dissuasão em relação aos interesses de origem alienígena sobre o patrimônio do Brasil” (AMARANTE, 2012, p.38). Dessa maneira, a END atribuiu enorme importância às indústrias de defesa, no momento em que enfatizou o crescimento do segmento.²

² Para um maior debate sobre a Estratégia Nacional de Defesa, ver Amarante (2012), Moura (2014), Abdenur; Neto (2014).

Entendemos, portanto, que há um protagonismo brasileiro no cenário internacional, o que gera certo receio por parte dos EUA em relação ao Brasil. Afinal, o Brasil emerge como uma potência energética na América do Sul, que é parte do entorno estratégico norte-americano. Tal receio é somado ao interesse dos EUA em relação às descobertas de petróleo e de recursos no Atlântico Sul. Assim, ambos os fatores contribuem para a decisão dos EUA de, em 2008, reativar a IV Frota Naval norte-americana, destinada ao monitoramento do Atlântico Sul³ (FIORI *et al.*, 2012; MOURA, 2014; OLIVEIRA, 2015).

A estratégia brasileira que vem galgando uma projeção mais global e maior destaque, no cenário internacional, descobriu a África como um espaço de grandes oportunidades, sendo o Atlântico Sul uma ponte de ligação entre o continente americano e o africano, um elo capaz de conectar e permitir que o Brasil usufrua de uma posição estratégica, no cenário internacional, auxiliando na defesa de países africanos e recebendo, em troca, facilidades comerciais.

Todavia, a presença de recursos estratégicos na África funciona como catalisador de conflitos internos pela posse dos recursos, assim como financia esses recursos. Por isso, existem muitos entraves no continente e a necessidade de atuação de parcerias para a sua defesa. O Brasil comercializa armas e atua com parcerias na área, colaborando no ordenamento e na exploração dos recursos do Atlântico Sul (FIORI *et al.*, 2012; MOURA, 2014; COSTA, 2012).

3 O BRASIL, O CONTEXTO ESTRATÉGICO E A EXPANSÃO DO TERRITÓRIO FRENTE À ONU

O Brasil tem uma vantagem estratégica fundamental, no jogo político internacional, pois está localizado no saliente oriental da

3 De acordo com Fiori *et al.* (2012), a IV Frota Naval dos Estados Unidos possuía a “função de proteger os mares da região, daqueles que ameaçam o fluxo livre do comércio internacional” (FIORI *et al.*, 2012, p. 29). Ademais, a reativação da IV Frota Naval também é justificada pela “guerra contra o terrorismo”, durante o governo de George W. Bush (2001-2009), nos Estados Unidos.

América do Sul, com território voltado tanto para o hemisfério norte quanto para o sul, também dominando o ponto mais protuberante que é o estrangulamento Natal-Dakar. Nesse sentido, para Castro (1999), o posicionamento do território, além de possibilitar a projeção militar, seja ofensiva ou defensiva, também facilita o acesso a rotas estratégicas comerciais e de expansão.

O Brasil conta com um litoral de 7.500 km e, em praticamente todos os estados costeiros, tem sítios portuários naturais. É importante observar que o Brasil ainda conta com algumas ilhas que permitiram a expansão territorial e a maior exploração brasileira no Atlântico Sul. São elas: o arquipélago São Pedro e São Paulo, a Ilha de Trindade e Vaz de Lima, o arquipélago de Fernando de Noronha, o arquipélago de Abrolhos e o Atol das Rocas. Em 2010, a Ilha de Trindade passou a contar com uma guarnição da Marinha e estações científicas para pesquisas nas áreas de oceanografia, botânica e geociências (PENHA, 2013; MOURA, 2014; PENNA FILHO, 2015).

Em 2004, o Brasil reivindicou à Comissão de Limites da Organização das Nações Unidas (ONU) o aumento das plataformas continentais, a soberania plena sobre 960 mil km², além das 200 milhas marítimas. Em 2007, a ONU discordou da posição brasileira e não concedeu cerca de 20% da área pleiteada, ou seja, 190.000 km², concedendo cerca de 760 mil km² (SILVA, 2013). Mesmo assim, o Brasil é o primeiro país do mundo a conseguir aumentar seu território marítimo, desde que a ONU criou a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC).

O Brasil continua pleiteando os 960 mil km² e já realiza pesquisas do Pré-Sal, explorando recursos no território. De mesmo modo que o petróleo, os recursos naturais na região são de extrema importância para o estabelecimento de relações de cooperação entre alguns países da África. Afinal, existem reservas de petróleo em outras plataformas continentais, na região, como no caso da Argentina, na área do Golfo da Guiné e, sobretudo, em países da África, onde existem também grandes reservas de gás e de carvão. Ainda existiriam, também, nódulos polimetálicos, sulfetos, depósitos de pedras preciosas e minerais muito relevantes (FIORI *et al.*, 2012; BROZOSKI, 2013).

A Marinha brasileira, juntamente com o governo, começou a criar alguns programas institucionais e a realizar trabalhos em parcerias, para estudar os recursos marinhos da plataforma continental e reiterar a sua expansão. Alguns dos projetos são: Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC);⁴ Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE);⁵ Recursos Minerais da Plataforma Continental (REMLAC);⁶ Programa de Mentalidade Marítima (PROMAR);⁷ Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROARE);⁸ Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIÉLAGO);⁹ Programa da Ilha da Trindade (PROTRINDADE);¹⁰ Programa da Biodiversidade Marinha (BIOMAR); Monitoramento Oceanográfico e Climatológico (MOC); e Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR);¹¹

4 O Programa do Governo Brasileiro, instituído por decreto, em 1989, tem como objetivo estabelecer o limite exterior da Plataforma Continental, além das 200 milhas da Zona Econômica Exclusiva, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (BRASIL, 2016a).

5 Desde 1994, quando o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o REVIZEE avalia as biomassas e os potenciais de captura sustentáveis dos recursos vivos, dentro da ZEE brasileira (BRASIL, 2016a).

6 Criado em 1997, avalia a potencialidade mineral da Plataforma Continental, pesquisando a potencialidade dos recursos minerais e traçando informações associadas ao levantamento da plataforma continental (BRASIL, 2016a).

7 O Programa visa estimular, por meio de ações planejadas, objetivas e continuadas, o desenvolvimento de uma mentalidade marítima na população brasileira, consentânea com os interesses nacionais e voltadas para um maior conhecimento do mar e seus recursos, da sua importância para o Brasil, da responsabilidade de sua exploração racional e sustentável e da consciência da necessidade de preservá-lo. O projeto desenvolve-se através de exposições e elaboração de materiais didáticos (BRASIL, 2016a).

8 O Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA) tem como propósito avaliar a potencialidade mineral de áreas com importância econômica e político-estratégicas, localizadas nesta região (BRASIL, 2016a).

9 O principal objetivo do PROARQUIPELAGO é garantir a habitabilidade permanente da remota região do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, o que propicia ao país o estabelecimento de uma Zona Econômica Exclusiva de 450.000 km² (BRASIL, 2016a).

10 O Programa tem o intuito de estimular e aplicar pesquisas científicas, na região da ilha de Trindade (BRASIL, 2016a).

11 O Programa da Marinha do Brasil tem presença no continente da Antártica, coordena a pesquisa e dá apoio operacional para a pesquisa na região, desde o verão de 1982/83 (BRASIL, 2016a).

4 GEOPOLÍTICA NO ATLÂNTICO SUL: ATORES EXTRARREGIONAIS

Quando tratamos sobre geopolítica,¹² além de apresentarmos a relevância estratégica de cada região, é necessário apontar os atores que influenciam a dinâmica regional. Como pontuamos, o Atlântico Sul é importante comercial e economicamente, tanto para o Brasil como para países latino-americanos e africanos. Nesse sentido, cabe mencionarmos os atores extrarregionais que estão presentes no Atlântico Sul e têm interesse no âmbito de recursos comerciais.

No século XXI, os Estados Unidos intensificaram estratégias de interesse no Atlântico Sul, sendo a visão geopolítica norte-americana de domínio inquestionável na América Latina, representada pelas treze bases militares, localizadas em Cuba, Porto Rico, Aruba, Curaçao, El Salvador, Honduras, Costa Rica, Panamá e Colômbia (BROZOSKI, 2013). Além de acordos e da construção de bases militares com esses países, os EUA tiveram participação ativa na crise política de Honduras e no Haiti, que foi atingido por catástrofe natural. Isso demonstra a vontade dos EUA de reafirmarem a sua hegemonia, perante os países da América Latina. A Marinha norte-americana tem instalações militares de grande porte na Ilha de Ascensão e dois comandos militares para atuar na região: o USSOUTHCOM, criado em 1963; e o AFRICOM, constituído em 2007.

Hoje, existe uma indesejável presença militar por parte da Grã-Bretanha e dos EUA, no Atlântico Sul,¹³ assim como a expansão das atividades da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou de qualquer outro Estado não pertencente à região. Entretanto, os EUA têm se projetado, devido a alguns interesses que se vinculam a certos espaços do Atlântico Sul, como o

12 Geopolítica pode ser definida de várias formas, tanto no campo da Ciência Política como das Relações Internacionais. Para o presente artigo, entendemos geopolítica como “o ramo autônomo da Ciência Política que tem por objeto de estudo as relações e mútuas interações entre o Estado e sua geografia” (MELLO, 1999, p. 74)

13 Presença naval britânica por conta das Ilhas Malvinas e instalações militares norte-americana, na Ilha de Ascensão (FIORI *et al.*, 2012).

aumento de suas importações de petróleo para o Golfo da Guiné e a insegurança marítima presente na costa africana, devido à incapacidade militar de lidar com alguns conflitos potenciais, sobretudo, os governos de alguns países africanos não dispõem de condições objetivas para lidar com esses problemas (BROZOSKI, 2013; PENHA, 2013; PENNA FILHO, 2015).

Outro grande ponto de tensão no Atlântico Sul é a presença da Inglaterra, com triângulos estratégicos na região. A mais problemática delas se refere às Ilhas Malvinas, que se coloca como um constante conflito de soberania e uma disputa entre o Reino Unido e a Argentina. A luta argentina pela soberania do território inglês é de longa data e ainda causa transtornos no debate internacional. Nessas ilhas, que estão sob o domínio inglês, a Inglaterra já realizou uma petição para ampliar a plataforma continental destes territórios, para a exploração dos recursos minerais e a Argentina reivindica a soberania do território que aponta ter grandes reservas de minérios e petróleo *offshore* (IPEA, 2011).

Como bem aponta Mello (1999), em épocas de paz, os portos são polos de expansão do comércio e incremento das exportações e da aquisição de importações; em momentos de guerra, eles são pontos nevrálgicos e alvos preferenciais dos ataques inimigos. O fortalecimento do poder marítimo era necessário, tanto para impulsionar a prosperidade na paz como para assegurar a vitória na guerra. Alfred Mahan ([1890] 2013), em sua tese sobre o Poder Marítimo,¹⁴ argumenta que o mar foi elementar para a consolidação da Grã-Bretanha como potência e, a partir desta análise, ele entende que o poder marítimo seria necessário para a expansão e projeção de um país.¹⁵ Nesse sentido, o desenvolvimento de uma marinha nos litorais, o controle de rotas comerciais estratégicas para a competição no cenário internacional e o

14 É importante definirmos a diferença entre poder marítimo e poder naval. O poder marítimo faz referência à capacidade política, econômica e militar de uma potência usar o mar, ou seja, a integração de elementos materiais, vontades e políticas. O poder naval se manifesta somente como poder militar, fazendo referência ao montante de armamentos, submarinos, navios, bases e etc.

15 Alfred Mahan foi um oficial da Marinha norte-americana; por isso, em sua obra, está preocupado com os EUA.

investimento na defesa e exploração dos mares seriam empreendimentos necessários para o poder e o crescimento de um país¹⁶ (MAHAN, [1890] 2013). Mahan ([1890] 2013) considera ainda que a posição geográfica de um país expressa a sua localização em relação às rotas marítimas e, concomitantemente, ao território de potências inimigas. Tal estratégia permite o poder de defesa e assegurar linhas de comunicação marítima, o que acontece no caso inglês, em que a Inglaterra possui triângulos estratégicos de ação, em algumas regiões, como o ponto de Gibraltar e as ilhas localizadas no Atlântico.

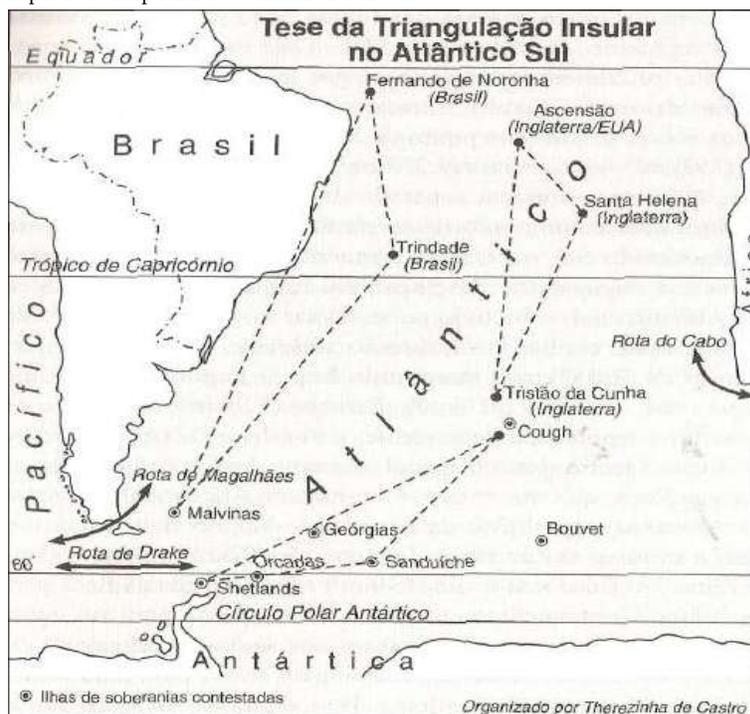
A Inglaterra tem a posse das ilhas que formam dois dos três triângulos geoestratégicos do Atlântico Sul. O único triângulo que não tem todos os territórios sob posses inglesas é o de Fernando de Noronha, Ilha de Trindade – que estão sob controle do Brasil – e as Malvinas – que são ocupadas pela Inglaterra, mas ainda são contestadas pela Argentina. Os triângulos sob domínio britânico são o formado pelas ilhas meso-oceânicas de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha (que é base de apoio na Roda do Cabo) e outro composto por ilhas peri-antárticas como Gough, Shetlands, Geórgias e Sandwich do Sul que interpenetra outras zonas. Outrossim, a Inglaterra tem duas bases militares de grande porte com equipamentos para operações aéreas e navais, que ficam nas Ilhas Ascensão, onde ela ainda tem uma cooperação com os EUA, e as Malvinas (CASTRO, 1999; FIORI *et al.*, 2012; NEVES, 2015).

Na geopolítica brasileira, uma das autoras que argumentará sobre a relevância das ilhas sul-atlânticas é Therezinha de Castro (1999). A autora apresenta a tese da “Triangulação Insular no Atlântico Sul”, em que as ilhas atlânticas seriam “trampolins

16 A partir de sua análise, existiriam seis principais características que afetariam o poder. Seriam elas: situação geográfica (dinâmica estratégica, posição no mapa), configuração física (relevo, topografia e fronteiras), extensão territorial (densidade populacional, linearidade do território), dimensão da população, caráter dos habitantes (vocaçao marítima, mercadores, pescadores e etc) e classe de governo (priorização de políticas de fortalecimento do poder marítimo, seja através de gastos militares, estímulo às atividades marítimas e etc) (MAHAN, [1890] 2013).

de valor estratégico” (CASTRO, 1999, p. 308).¹⁷ Existiriam, assim, três triângulos na região do Atlântico Sul que são considerados elementares para assegurar as linhas vitais de comunicação e para ampliar o poder de defesa (CASTRO, 1999), como podemos observar no mapa abaixo.

Mapa 1: Trampolins no Atlântico Sul



Fonte: CASTRO (1999, p. 309).

17 De acordo com Castro (1999), “foram os ventos, as correntes marítimas e as linhas oceânicas do Atlântico Sul que muito contribuíram no alvorecer da Idade Moderna, dentro da dinâmica geopolítica, para desvendar os dois continentes que repartem suas ribeiras – a América do Sul e a África. Quando, na Idade Moderna, a humanidade se lançou na chamada rota oceânica, passou, de início, a depender do regime dos ventos; em função destes, surgiram, nos oceanos, as zonas de concentração do tráfego e as zonas ditas desérticas. Dependendo dos ventos favoráveis, os navegadores precisaram também das ilhas, verdadeiros trampolins de segurança, bases de apoio intercaladas nas rotas oceânicas” (CASTRO, 1999, p.308). Por esse motivo, as ilhas localizadas no Atlântico Sul servem como apoio tanto para defesa, como para rotas comerciais.

Além da presença militar dos EUA, a França tem uma forte presença no Atlântico Sul, pois detém grande capacidade marítima para intervir, em até três dias, na maior parte das áreas de conflito potencial, visto que possui navios permanentes nessas regiões. Ainda mais, o país conta com o departamento ultramarino da Guiana Francesa que, apesar de estar fora dos limites do Atlântico Sul, permite uma expressiva mobilidade (ACIOLY; MORAES, 2011; BROZOSKI, 2013). Outro ponto importante é que há a presença de antigas potências coloniais atuantes na região, assim como a presença estadunidense, disputando e cooperando em espaços de influência francesa (FIORI *et al.*, 2012).

A China é outra grande potência que tem se projetado para países latino-americanos e africanos, estabelecendo acordos com o intuito de suprir as necessidades do desenvolvimento interno chinês. O país se apresenta como uma grande potência em busca de recursos minerais e energéticos presentes em partes da África, se interessando em criar possibilidades de comércio e investimento no continente. A atuação chinesa na África, portanto, diz respeito a crescentes investimentos e à participação em ações conjuntas, contra a pirataria em algumas regiões oceânicas (ACIOLY; MORAES, 2011; FIORI *et al.*, 2012; BROZOSKI, 2013).

A atuação desses atores na região sul-atlântica contribui para uma dinâmica de reaproximação do Brasil com o continente africano e o estabelecimento de acordos no âmbito de defesa. Tais acordos visam a estabilizar e trazer maior capacidade de articulação, por parte dos países africanos, e também têm como objetivo principal afastar as influências cada vez mais proeminentes das potências que apresentamos. Deste modo, a partir do panorama sobre a importância do Atlântico Sul para o Brasil e a presença de atores extrarregionais na área, discutiremos, a seguir, as relações entre o Brasil e os países africanos, principalmente, a partir do estreitamento de suas relações.

5 RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA NO SÉCULO XXI: A PONTE ATLÂNTICA

Um dia, um jornalista brasileiro, não necessariamente muito bem informado, perguntou: “Ministro, por que que o senhor dá tanta atenção à América do Sul?”. Eu disse: “Porque eu moro aqui.” A razão principal do Brasil dar atenção à África – há muitas outras: econômicas, estratégicas, políticas –, mas a principal é essa: a África mora no Brasil. Ela mora em nós. (AMORIM, 2015).

A política externa é um instrumento na ampliação do poder do Estado, no cenário internacional, sendo necessária para projetar a imagem do país; e é por meio dela que o Estado estabelece relações com os outros países do tabuleiro mundial. Todos os Estados buscam a proteção de seus interesses e aquilo que difere a política externa de cada Estado são “as peculiaridades nacionais, pois são estas que determinam a maneira pela qual o Estado concebe e conduz a sua política externa” (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 01).

Nesse sentido, um dos fatores que faz com que a África se torne de grande relevância para a estratégia brasileira de desenvolvimento é a revitalização da região do Atlântico Sul. Desse modo, apesar de termos uma recuperação de relações diplomáticas, no século XX, com o continente africano, sobretudo durante a Política Externa Independente¹⁸ (PEI), os governos do século XXI trazem o continente africano com maior destaque. Existe um projeto de política externa orientada para parceiros multilaterais e parceiros do Sul Global, que será crucial para compreendermos os acordos de cooperação, no âmbito de defesa.

A reaproximação do Brasil com a África remonta à década de 1960, quando já se apresentava a ideia de uma ponte entre os dois continentes, com a busca por uma maior autonomia brasileira e uma estratégia para garantir a projeção do Brasil em alguns territórios. Nos anos 1970, o papel do continente africano foi fundamental, devido às duas crises do petróleo que aceleraram a empreitada brasileira em busca de novas parcerias

18 A Política Externa Independente foi implementada ao longo dos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964).

internacionais. Nesse contexto, surgem parceiros como Nigéria e Angola, sem contarmos com a África do Sul (SARAIVA; GALA, 2010; SARAIVA, 2012). Entretanto, o Atlântico Sul passa a ser de grande importância para o Brasil, no contexto da Guerra Fria, como um facilitador da proximidade geográfica e da tradição histórica com a África, favorecendo a interação regional independente das grandes potências. (COSTA, 2012).

No discurso de posse do ex-presidente Lula, em 2003, é possível observar o destaque que a África volta a exercer na política externa brasileira, em contraste com certo ostracismo a que foram relegadas as relações com esse continente, desde a preferência pelo alinhamento com os EUA, expressa na política externa na década de 1990. Já em seu primeiro discurso como governante, o ex-presidente Lula reafirmou a existência de laços profundos que unem o Brasil a todo o continente africano e manifestou a disposição de o governo brasileiro contribuir ativamente para desenvolver as potencialidades da África (LULA DA SILVA, 2003).

Como as relações do Brasil com o continente africano se intensificaram, com a eleição de Dilma Rousseff, temeu-se a possível retração da política externa do governo Lula. Todavia, a ex-presidente também assegurou, em seu discurso de posse, a continuidade do aprofundamento de relações diplomáticas, políticas e econômicas tanto com os vizinhos sul-americanos como com os irmãos africanos (ROUSSEFF, 2011), o que indicaria a continuidade de relações que foram estabelecidas, durante o governo Lula.

O governo Lula (2003-2010) foi um marco para a política externa brasileira; atuou em fóruns multilaterais e fortaleceu antigas parcerias. Tanto no âmbito mundial como no regional, o Brasil passou a atuar de forma mais autônoma e significativa na arena internacional. Durante o governo Lula, foi criado o grupo IBAS (formado por Índia, Brasil e África do Sul), o G-20 comercial, na reunião de Cancun da Organização Mundial de Comércio (OMC), e o BRICS, por exemplo. Além disso, a agenda do governo contribuiu para o fortalecimento do MERCOSUL com a derrota das negociações da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), em 2005.

Mapa 2: Articulação multilateral da política externa brasileira

ARTICULAÇÃO E BUSCA DE MAIOR PARTICIPAÇÃO

Cúpulas e reuniões ministeriais até 2014



Fonte: Milani *et al.* (2014).

O período do governo Lula também foi caracterizado pela participação do Brasil em Missões de Paz da ONU, especialmente no caso do Haiti. Vinculado à perspectiva social, o discurso do ex-presidente Lula estava envolto na inclusão do tema da pobreza, na agenda internacional, e na busca pela diversificação das relações comerciais e políticas com países do Sul Global.

O maior engajamento com o continente africano aconteceu através de uma relação entre “iguais”, em um esforço comum de superação das dificuldades sociais e econômicas, enfrentadas pelo Brasil e pelos países africanos, com a introdução e o desenvolvimento de tecnologias mais bem adaptadas às realidades africanas (IPEA, 2011; SARAIVA, 2012).

O Brasil apresenta-se aos países africanos como seu semelhante, isto é, um país em desenvolvimento, disposto a compartilhar experiências e conhecimentos de maneira horizontal, livre de imposições, afastando-se da lógica imperialista que ao longo de dois séculos condenou a África à dependência e à subordinação (LEITE; SOUSA, 2015, p. 55).

A política externa do primeiro governo Dilma também esteve conectada à ideia de cooperação Sul-Sul e a parcerias estratégicas. A ex-presidente manteve as parcerias antigas, as relações políticas, diplomáticas e comerciais do Brasil com os países do Sul e também do Norte, que foram intensificadas, a partir do governo

Lula, principalmente, com os países do Sul. Todavia, a postura da ex-presidente estava mais voltada para a política interna do país.

Durante o governo Dilma, foram canceladas dívidas de países africanos, tais como Congo-Brazzaville (US\$ 350 milhões), Tanzânia (US\$ 237 milhões), Nigéria (US\$ 84,7 milhões) e Zâmbia (US\$ 113 milhões). Além desses países, estão incluídos também, no acordo de renegociação, Senegal, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Gabão, República da Guiné, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau (OLIVEIRA, 2015).

Os dois governos do PT, a partir de 2003, marcaram a aproximação com o continente africano e permitiram que as relações comerciais se mantivessem, devido à importância e à qualidade do petróleo africano para o Brasil; por isso, foram feitos atos internacionais com o intuito de promover ações conjuntas na área energética. Observamos que o petróleo e as relações brasileiras com os países africanos, em especial com os estudados nesse trabalho, também serviram como um dos propulsores para o poder político do Brasil, no cenário internacional, mediante a relevância que ambos conquistam em tal conjuntura. Além disso, há a penetração brasileira no continente africano e nos países liminhos, direcionada para uma estratégia militar e geopolítica, visto que o fortalecimento das relações contribui para o afastamento de potências estrangeiras do Atlântico Sul.

6 COOPERAÇÃO SUL-SUL E ACORDOS DE DEFESA: O QUE FOI FEITO?

Perpassamos a importância do Atlântico Sul e dos possíveis conflitos de poder na região, tornando agora necessário observar o potencial de cooperação entre Brasil-África. Celso Amorim, ex-ministro da defesa do Brasil, em uma entrevista para a revista argentina *DEF*,¹⁹ apontou a necessidade de proteção do Atlântico Sul, não só pelo Brasil, mas também por outros países, para que não haja, no futuro, intervenção de potências na região com o

19 A entrevista do ex-ministro Celso Amorim foi publicada originalmente na revista argentina *DEF*, mas também foi veiculada no Brasil 247, de onde coletamos as informações.

discurso da proteção e defesa. A revista questionou como o Brasil poderia lidar com esses problemas e Celso Amorim respondeu:

Cooperando. Não são coisas separadas, porque essas ameaças existem e temos que enfrentá-las. Falando do Brasil e da Argentina, temos o Atlântico Sul, uma região que está sujeita, como outras, a esse tipo de coisas. O Brasil tem uma relação muito próxima com a África, cultural e étnica, além de que quase 70% do nosso petróleo importado vêm da África. Então, por exemplo, o que acontece no Golfo de Guiné tem consequências para nós. [...] E se queremos que o Atlântico Sul continue sendo uma área de paz, temos que estar presentes. Então, a ameaça da droga ou do terrorismo pode não ser um mal em si mesmo, senão também o remédio para esse mal, porque pode trazer uma presença que não desejamos ou porque pode trazer alianças militares que são estranhas à nossa região. Não estamos muito longe disso, porque se a OTAN já esteve na Líbia, pode descer a Mali e um dia chegar ao Atlântico Sul, por isso temos que estar atentos. (BRASIL COMEÇOU..., 2014).

Os acordos mais amplos e abrangentes, que evocam uma cooperação multilateral ou trilateral são os fóruns como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)²⁰ e o IBSAMAR (IPEA, 2011). O Brasil propôs a ZOPACAS e, em 1986, foi definido o Atlântico Sul como zona de paz e cooperação, na 50ª Assembleia Geral das Nações Unidas (PEREIRA; BARBOSA, 2012; MOURA, 2014). Esse tratado inclui os países atlânticos da América do Sul e da África Ocidental, tendo como principal objetivo o compromisso com a manutenção dessa região como zona desnuclearizada.

De acordo com Penna Filho (2015), a ZOPACAS foi influenciada e criada, sob quatro premissas: 1) para tentar evitar a possibilidade de militarização no Atlântico Sul; 2) surge no contexto que o Brasil já possui certa relação de reaproximação comercial com países da África; 3) para ter o reconhecimento dos direitos em torno da Zona

20 Os 24 países que compõem a ZOPACAS são África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (BRASIL, 2016b).

Econômica Exclusiva e Plataforma Continental, no esforço realizado pela diplomacia; e 4) influenciada pela presença de potências como a Inglaterra, nas ilhas da região.

Apesar de existirem muitos pontos convergentes entre os países da ZOPACAS nas questões de segurança, defesa e agenda política, ainda existem assimetrias muito grandes entre os países do bloco: se, por um lado, o bloco permite um maior poder de barganha do Brasil, por outro lado, prejudica a capacidade de criar mecanismos de segurança (COSTA, 2012; PENHA, 2013; NEVES, 2015; MOURA, 2014; PENNA FILHO, 2015). Observamos que a ZOPACAS foi concebida para a promoção de objetivos, a respeito da paz e da segurança, mas também há uma perspectiva de cooperação para o desenvolvimento e a defesa, o que está em consonância com a promoção de fluxos de comércio, rotas comerciais e investimentos, entre as margens do Atlântico Sul.

Durante o mesmo período, foram estimulados os projetos de integração regional na América do Sul e as relações bilaterais entre o Brasil e países da América do Sul e da África. Em 2008, por exemplo, temos a criação da UNASUL e, em 2006, temos a I Cúpula América do Sul-África (ASA), sendo este o único mecanismo a reunir periodicamente líderes africanos e sul-americanos e uma plataforma privilegiada para o estreitamento de laços entre as duas regiões (BRASIL, 2016b).

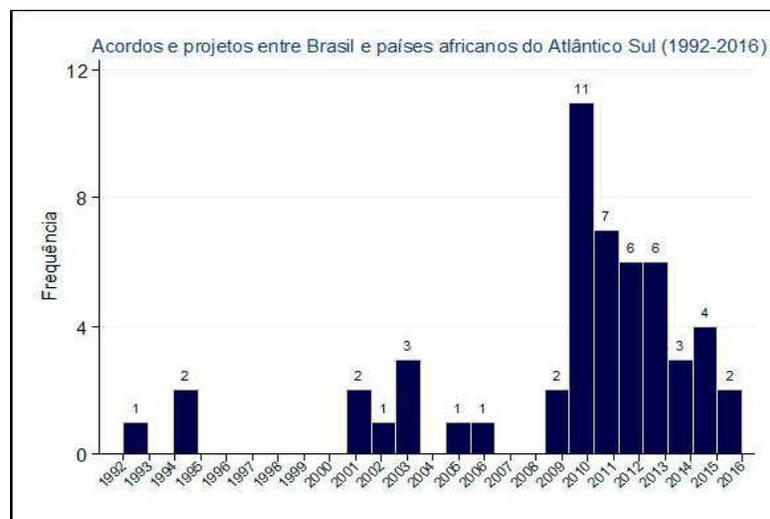
Com a maior relevância da região, observamos estratégias de potências extrarregionais, no entorno regional brasileiro; por isso, torna-se imprescindível uma aproximação dos países banhados pelo Atlântico Sul e articulações conjuntas, como forma de fortalecer a cooperação e o desenvolvimento dos países às margens desse oceano. Neste sentido, o IBAS vem permitindo essa mobilização conjunta, através da cooperação trilateral entre Brasil, Índia e África do Sul, com o IBSAMAR.

Desde 1992, o Brasil vem consolidando acordos e projetos bilaterais e multilaterais, com diversos países africanos, banhados pelo Atlântico Sul. Resumidamente, esses acordos têm como objetivos: promover a cooperação das áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa; partilhar conhecimentos e experiências adquiridas no

campo militar; partilhar conhecimentos nas áreas da ciência e tecnologia; e colaborar em assuntos relacionados a equipamento e sistemas militares (FIORI *et al.*, 2012; AGUILAR, 2013).

A partir da análise de documentos oficiais e acordos no âmbito da defesa, contidos nos sítios do Ministério das Relações Exteriores²¹ e da Agência Brasileira de Cooperação,²² elaboramos um banco de dados, contendo ao todo 52 acordos e projetos bilaterais e multilaterais entre o Brasil e os países africanos que estão localizados ao longo do Atlântico Sul.²³ Foram selecionados todos os acordos e projetos classificados com as temáticas de defesa e assuntos militares, cooperação naval, petróleo e educação (voltada para treinamentos militares).

Gráfico 1: Acordos e projetos entre Brasil e países africanos no Atlântico Sul (1992-2016)



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir de dados do MRE e da ABC.

21 Ministério das Relações Internacionais. Disponível em: < <http://dai-mre.serpro.gov.br/>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

22 Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

23 São eles: África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo (BRASIL, 2016b).

A partir do gráfico acima, verificamos que a maior concentração de acordos e projetos entre o Brasil e os países africanos banhados pelo Atlântico Sul ocorreu após 2008, tendo um ápice no ano de 2010. O crescimento a partir de 2008 pode estar fortemente vinculado à implementação da Estratégia Nacional de Defesa, criada no mesmo ano, por meio da qual o Brasil passou a dar maior atenção ao Atlântico Sul e aos países lindeiros. É importante ressaltar que o ano diz respeito ao período em que o acordo ou projeto foi assinado por ambas as partes. Deste modo, podemos inferir que a maior interlocução entre o Brasil e os países africanos ocorreu, principalmente, a partir dos anos 2000. Estes achados empíricos condizem com a literatura de política externa brasileira, em que afirmam que a aproximação do Brasil com os países africanos ocorreu, principalmente, a partir do governo Lula em 2003.

Com relação à situação dos acordos e projetos analisados, verificamos que 9 estão em tramitação, 11 estão em execução e vigentes, 28 acordos e projetos já foram concluídos e 4 não estão vigentes. Utilizamos a mesma classificação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), para a situação dos acordos e projetos. Ambas as instituições classificam os acordos e projetos como “em tramitação”, quando estão em processo de análise e negociação tanto dos países envolvidos quanto das empresas ou instituições que irão executar os acordos e projetos. Os acordos “não vigentes” são aqueles que passaram por todo o processo de tramitação e foram assinados, mas, por alguma razão, não entraram em vigor. Deste modo, verificamos que atualmente existem 11 projetos e acordos em execução. Abaixo, observamos a distribuição dos acordos e projetos segundo a sua situação atual.

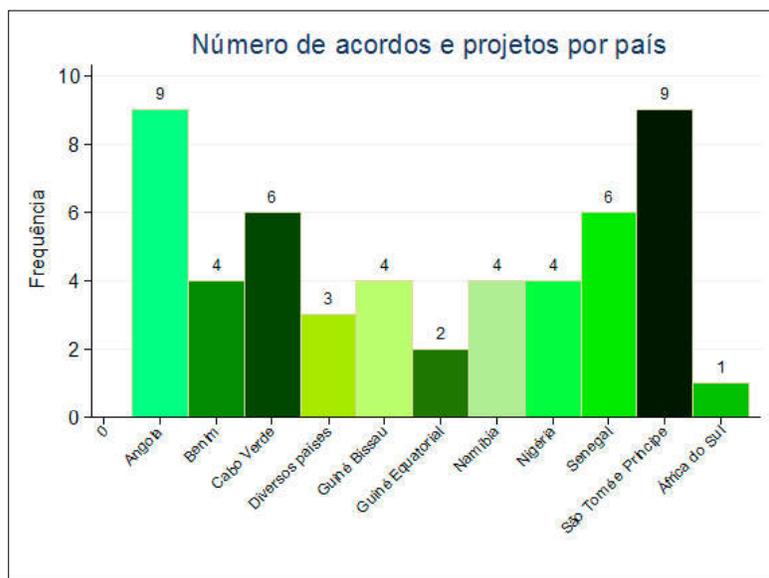
Gráfico 2 – Situação dos projetos e acordos (1992-2016)



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do MRE e da ABC.

Para uma análise mais específica, verificamos quais são os países com os quais o Brasil possui mais acordos e projetos, ao longo do período estudado. Destacamos a parceria do Brasil com Angola e São Tomé e Príncipe, com 9 acordos em cada país; com Cabo Verde e Senegal, também com 6 projetos cada; e Benim, Guiné Bissau, Namíbia e Nigéria, com 4 projetos e acordos em cada país. É importante ressaltar que os 3 acordos classificados como “diversos países” dizem respeito a acordos multilaterais entre Brasil e países africanos do Atlântico Sul, sendo dois acordos concernentes à cooperação técnica de treinamento militar entre os países e um acordo sobre a regulação no setor petrolífero para os países africanos.

Gráfico 3 – Número de acordos e projetos por país (1992-2016)



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do MRE e da ABC.

Em suma, podemos observar que a aproximação do Brasil com os países africanos banhados pelo Atlântico Sul se deu efetivamente com a assinatura e execução de diversos acordos e projetos voltados, principalmente, para assuntos militares, de defesa e treinamento militar, a partir dos anos 2000. Deste modo, discorreremos sobre os países africanos, com os quais o Brasil possui maiores quantidades de acordos em conjunto, e os principais projetos.

7 ACORDOS ESTRATÉGICOS ENTRE BRASIL E PAÍSES COSTEIROS DO ATLÂNTICO

Com o objetivo de analisar alguns acordos e projetos entre o Brasil e os países costeiros do Atlântico Sul, discorreremos sobre os países com maiores quantidades de acordos bilaterais, assim como sobre projetos relevantes em outros países. Como buscamos apresentar, desde o governo Lula, diversos acordos foram sendo

firmados entre o Brasil e alguns países estratégicos para o entorno regional brasileiro. Neste sentido, cabe apresentarmos alguns exemplos de acordos que promoveram e estimularam não só o estreitamento de relações entre os países, mas também o desenvolvimento das forças de defesa e de exploração de recursos no Atlântico Sul.

A Angola é um dos países com que o Brasil possui mais acordos e projetos, de acordo com os sítios do MRE e da ABC. Em 2010, foi firmado um acordo de cooperação entre os dois países, no domínio da defesa. Ademais, o país também foi contemplado com parceria nas ações para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas, nas áreas da indústria naval, segurança pública e defesa e para o estabelecimento da Comissão Bilateral de Alto Nível, com o objetivo de assegurar a implementação efetiva da parceria. O Brasil auxilia a Angola a estruturar sua indústria de defesa, para reduzir a dependência de Forças Armadas externas. Em 2013, Angola e Brasil rubricaram um memorando sobre a cooperação, no domínio da saúde entre as Forças Armadas; outrossim, foi decidida a criação de um Comitê Interino Conjunto de Defesa (CIDCD), que supervisionará as ações de cooperação bilaterais, através de reuniões anuais, a realizar-se de forma alternada, nos dois países (AGUILAR, 2013; BRASIL, 2016b; AGÊNCIA..., 2016).

Outro ponto é que os países africanos de língua oficial portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – chamados de PALOP), membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), recebem diversos projetos de cooperação (PENHA, 2013; PENNA FILHO, 2015). Além disso, as escolas militares de formação de altos estudos do exército brasileiro passaram a receber alunos africanos, como foi o caso da Academia Militar das Agulhas Negras que, em 2011, recebeu estrangeiros africanos de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. O Ministério da Defesa do Brasil também realizou capacitação dos militares angolanos, durante 4 anos seguidos, entre 2012 e 2015, com o objetivo de fornecer treinamento militar e fortalecer as relações bilaterais, além de incrementar o intercâmbio com os países africanos de língua portuguesa (AGÊNCIA..., 2016).

O Brasil se interessou, também, em mediar possíveis conflitos na Guiné Bissau, nas eleições de 2014. A Comissão de Consolidação da Paz (CCP) da ONU, presidida pelo Brasil, expressou entendimento de que a posição brasileira chamaria atenção para os enormes potenciais presentes na Guiné Bissau e para as oportunidades de apoiar a estabilidade do país. O governo está buscando ampliar a cooperação bilateral, ao apoiar a reforma e a modernização do setor de defesa e segurança e ao auxiliar na formação de profissionais, gestores e militares. Destacamos, ainda, a capacitação de militares guineenses, realizada em 2011, pelo Ministério da Defesa brasileiro (BRASIL, 2016b; AGÊNCIA..., 2016).

A Marinha do Brasil e da África do Sul têm uma forte cooperação estratégica: há, em média, um curso por ano no Brasil para oficiais sul-africanos e também quatro intercâmbios operativos anuais, além de dez encontros e reuniões, por ano, e reuniões bianuais de Estado-Maior (FIORI *et al.*, 2012; AGUILAR, 2013; BROZOSKI, 2013).

Outro exemplo é a cooperação entre Brasil e São Tomé e Príncipe, em que foi assinado, em 2010, um acordo bilateral no domínio da defesa. No mesmo ano, ocorreu o primeiro curso de capacitação de oficiais militares santomenses, no Exército brasileiro. Em 2003, entrou em vigência um acordo bilateral entre os países, concernente à cooperação técnica no setor petrolífero de ambos os países. Ao final de 2014, a Marinha brasileira anunciou que nos próximos anos irá construir o Núcleo da Missão Naval do Brasil, em São Tomé e Príncipe, tendo sede neste último país. O objetivo da construção desta base naval é estimular e reforçar a cooperação entre os dois países, tanto no âmbito da defesa quanto da cooperação naval (BRASIL, 2016b).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Atlântico Sul é uma região que cada vez ganha mais destaque no cenário internacional; contudo, a fragilidade militar por parte dos países por ela banhados é preocupante. A região tem apresentado grande relevância para o Brasil que, a partir da década de 1970, passou a dar maior importância para o seu

potencial marítimo, graças às descobertas de petróleo *offshore* e ao crescimento do comércio exterior. Além disso, o Brasil desfruta de uma posição privilegiada com inúmeros portos naturais e tem conquistado vitórias na expansão do território, para a exploração de recursos, com a expansão da Plataforma Continental pleiteada na ONU.

No século XXI, a política externa brasileira vislumbrou, no continente africano, uma região ímpar para sua atuação. A projeção brasileira na África, durante os governos Lula e Dilma, demonstram o interesse pelo estreitamento de laços entre o Brasil e alguns países do continente africano, contribuindo para estimular projetos de cooperação e, até mesmo, a internacionalização de empresas e programas sociais na região. Os países limítrofes da costa africana fazem parte do entorno regional estratégico brasileiro e tal fato ficou evidente, devido aos Planos Nacionais de Defesa e à Estratégia Nacional de Defesa publicados, como apontamos no decorrer do trabalho.

Como apresentamos, no presente artigo, o Brasil possui diversos acordos, no campo militar, com Angola, África do Sul, Cabo Verde, Guiné Bissau, Namíbia, Nigéria e São Tomé e Príncipe, bem como busca uma projeção e influência maior, nesses territórios, se colocando como um país relevante nas relações Sul-Sul. É preciso que o governo busque o desenvolvimento da Marinha do Brasil e o investimento em força militar, para a proteção do território e a contenção de piratas e do tráfico de drogas. Também é necessário articular, de maneira mais coesa e influente, a ZOPACAS, para incrementar a defesa e a cooperação com os países do Sul, banhados pelo Atlântico, e também para conter a maior presença da Inglaterra, França, EUA e China, na região.

Cabe ao Brasil o papel de liderança, na estratégia de defesa da região e na construção de um poder naval adequadamente aparelhado, com porta-aviões, navios-escolta e submarinos, para afastar a ação de potências extrarregionais na área. Afinal, o Brasil tem se projetado de forma mais ativa no cenário internacional e é visto como um ator fundamental, no estabelecimento das relações de cooperação Sul-Sul e na mediação de conflitos. Do mesmo modo, os recursos presentes, especialmente, no Pré-sal brasileiro

e no Golfo da Guiné deveriam impulsionar uma articulação na defesa e na segurança, entre os países sul-americanos e africanos do Atlântico Sul.

Podemos notar que muitos acordos estão sendo firmados e estabelecidos entre o Brasil e os países da África sul-atlântica, mas ainda assim existem problemas a serem enfrentados pelas forças armadas de ambos os lados do oceano. É de extrema importância ações conjuntas com países africanos, para a criação de estruturas capazes de fiscalizar e explorar as riquezas do Atlântico Sul.

Afinal, o estreitamento de laços com a África permite a criação de polos de desenvolvimento regional, o fortalecimento da indústria pesqueira e da construção naval e o incremento de tecnologias para a exploração de nódulos polimetálicos e recursos *offshore*, promovendo, portanto, o desenvolvimento da região sul-atlântica. A longo prazo, essa maior cooperação entre o Brasil e os países africanos do Atlântico Sul, na defesa da região, também permitirá o afastamento do discurso de potências atuarem na proteção do território. Nesse sentido, o Atlântico Sul emerge como um elemento fundamental para o fortalecimento econômico e para a projeção de poder do Brasil, sobretudo, possibilitando o estreitamento das relações entre o Brasil e a África.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, A. E.; NETO, D. M. de S. O Atlântico Sul e a cooperação em defesa entre o Brasil e a África. In: NASSER, R. M.; MORAES, R. F. de. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico**: América do Sul e Atlântico do Sul. Brasília: IPEA, 2014. p. 215-238.

ACIOLY, L.; MORAES, R. F. **Prospectiva, estratégias e cenários globais**: visões do Atlântico do Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia. Brasília: IPEA, 2011.

AGÊNCIA Brasileira de Cooperação (ABC), 2016. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

AGUILAR, S. L. C. Atlântico Sul: as Relações do Brasil com os Países Africanos no Campo da Segurança e Defesa. **Austral**: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 02, n. 04, p. 49-71, 2013.

AMARANTE, J. C. **A base industrial de defesa brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

AMORIM, C. Transcrição de palestra. In: SEMINÁRIO CONVERSAS SOBRE A ÁFRICA, 5., 26 mai. 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: s/ed, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**, Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 13 abr. 2014.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**, Brasília, 18 dez. 2008. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portug_ues.pdf> Acesso em: 29 jun. 2015.

_____. **Política Nacional de Defesa**, Brasília, 2012a. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**, Brasília, 2012b. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____. **Portal da Marinha do Brasil**, Brasília, 2016a. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Portal do Itamaraty**, Brasília, 2016b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BRASIL COMEÇOU a jogar nas grandes ligas, O. **Brasil 247**, 15 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/136927/Amorim-%E2%80%9CBrasil-come%C3%A7ou-a-jogar-nas-grandes-ligas%E2%80%9D.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

BROZOSKI, F. P. **A revalorização geopolítica e geoeconômica do Atlântico Sul no sistema internacional**. 2013. 115f. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CASTRO, T. de. **Geopolítica**: Princípios, meios e fins. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

COSTA, W. M. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: Geopolítica. **Revista USP** [Dossiê Desafios do Pré-Sal], São Paulo, n. 95, p. 09-22, 2012.

FIORI, J. L. *et alli*. A projeção do Brasil na América do Sul e na África Subsaariana e o controle da bacia do Atlântico Sul. **Revista Parcerias Estratégicas**, Brasília, [No prelo], s/p., 2012.

GARCIA, M. A. Política externa e estratégia de desenvolvimento. **Le Monde diplomatique Brasil**, [Entrevista concedida a Sílvio Caccia Bava e Dario Pignotti], 01 out. 2010. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=783>>. Acesso em: 15 out. 2014.

GONÇALVES, W. da S.; MIYAMOTO, S. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 06, n. 12, p. 211-246, 1993.

IPEA. **Ponte sobre o Atlântico. Brasil e África Subsaariana: Parceria Sul-Sul para o Crescimento**. Brasília: IPEA, 2011.

LEITE, A.; SOUSA, Ma. E. O continente africano na Política Externa Brasileira do Governo Lula (2003-2010): Comércio, Cooperação e Política. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 04, n. 07, s/p., 2015.

LULA DA SILVA, Luis. **Discurso de Posse realizado em 2003**, Brasília, 2003. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/505-discursos_selecionados_lula.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MAHAN, A. T. Análisis de los elementos del poder naval. **Geopolítica(s): Revista de estudios estratégicos, sobre espacio y poder**, Madrid, v. 04, n. 02, p. 305-334, [1890] 2013. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/46354/43574>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

MELLO, L. I. **Quem tem medo da geopolítica?**. São Paulo: EDUSP, 1999.

MILANI, C. R. S. *et alli*. **Atlas da Política Externa Brasileira**. Buenos Aires; Rio de Janeiro: CLACSO; EdUERJ, 2014. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?id_libro=927&campo=autor&texto=>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

MOURA, J. A. A. **A Estratégia Naval Brasileira no Pós-Guerra Fria**: Uma Análise Comparativa com Foco em Submarinos. Rio de Janeiro: Femar, 2014. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/livro-estrategia-naval.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

NEVES, A. L. V. Atlântico Sul: projeção estratégica do Brasil para o século XXI. In: GHELLER, G.; GONZALES, S.; MELLO, L. P. (orgs). **Amazônia e Atlântico Sul**: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. Brasília: IPEA, 2015. p. 233-262.

OLIVEIRA, A. **O petróleo africano no horizonte do Brasil**: A relação entre política externa brasileira e a energia nas relações Brasil-Nigéria e Brasil-Angola (2003-2014). 2015. 162f. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PENHA, E. A. **Relações Brasil-África**: os avatares da cooperação sul-atlântica. S/l: s/ed, 2013. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/alves.rtf>. Acesso em: 08 out. 2016.

PENNA FILHO, P. Reflexões sobre o Brasil e os desafios do Atlântico Sul no início do século XXI. In: GHELLER, G.; GONZALES, S.; MELLO, L. P. (orgs). **Amazônia e Atlântico Sul**: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. Brasília: IPEA, 2015. p. 149-184.

PEREIRA, A. D.; BARBOSA, L. C. P. O Atlântico Sul no contexto das relações Brasil-África. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 03, n. 01, p. 59-77, 2012. Disponível em: <<http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1836/113>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

ROUSSEFF, D. **Discurso durante compromisso constitucional perante o congresso nacional**, 2011. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

SARAIVA, J. F. S.; GALA, I. V. **O Brasil e a África no Atlântico Sul**: uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul. S/l: s/ed, 2010. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

SARAIVA, J. S. *África parceria do Brasil atlântico: Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SARTI, I. A projeção do Brasil como ator global e a integração sul-americana: implicações políticas. In: CAETANO, G. (coord.). **Mercosur 20 años**. Montevideo: CEFIR, 2011. p. 303-320.

SILVA, A. P. da. O novo pleito brasileiro no mar: a plataforma continental estendida e o projeto Amazônia Azul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 1, n. 56, p. 104-121, 2013.